

PANAMERICANISMO E DIFERENÇAS IDENTITÁRIAS: REVISITANDO ORSON WELLES E CARMEN MIRANDA

Flávia de Sá Pedreira*

Um dos primeiros comerciais televisionados da Coca-cola feito no Brasil iniciava com a seguinte explanação de um locutor: “O côco é uma das riquezas da música popular brasileira, vamos conhecer os instrumentos do côco? Este é o tan-tan, este é o reco-reco, este é o bonguê, este é o triângulo e esta é a viola. E agora, o côco nordestino...” Nesse momento, iam surgindo em cena cinco rapazes, vestidos com camisas listradas e chapéus panamá, tocando os instrumentos já apresentados, acompanhando uma cantora, vestida de baiana estilizada:

Coca-cola, Coca-cola
Ôô, me faz um bem!
Coca-cola, Coca-cola
Ôô, pra nós também!
Que pureza, que sabor
Coca-cola tem!
Nós queremos Coca-cola
Coca-cola faz um bem!

Ao final, voltava-se a ouvir o locutor em *off*: “Quando estiver cansado ou com sede, reanime-se com Coca-cola: isso faz um bem!” E a cantora concluía: “Coca-cola para mim!”. Ao que os músicos completavam: “Coca-cola pra nós também!”.²

Nessa encenação, o apelo visual e sonoro às “coisas do Brasil” é mesclado à necessidade de consumo do produto da indústria norte-americana, a Coca-cola; além disso, a própria cantora remete-nos à figura emblemática de Carmen Miranda protagonizando uma cena do filme *Banana da Terra* (1938), com o Bando da Lua, formado por músicos que também trajavam camisas listradas e chapéus panamá, no período da chamada Política da Boa Vizinhança. Tanto o cinema quanto o rádio tornaram-se veículos importantíssimos de propagação do ideário pan-americanista de então e, ao que parece, ainda teria repercussões nas décadas seguintes, com o advento da televisão.

O presente projeto de pesquisa de estágio pós-doutoral “Panamericanismo e diferenças identitárias: revisitando Orson Welles e Carmen Miranda”, em andamento na Universidade de Brasília, procura abordar a questão da demarcação das diferenças de identidade e suas implicações nas relações culturais entre brasileiros e norte-americanos na primeira metade do século XX, partindo da discussão acerca do conceito de pan-americanismo.

A polêmica em torno da origem do termo teve início naqueles anos de guerra mundial: se, para alguns estudiosos, o pan-americanismo teria surgido nos Estados Unidos no final do século XIX, intimamente associado, de um lado, à Doutrina Monroe – ao incorporar o velho argumento da “América para os americanos” a fim de afastar a Europa das relações comerciais com a América Latina e, conseqüentemente, garantir a exclusividade dos mercados latino-americanos para os produtos da indústria estadunidense – e, de outro lado, à ideologia do Destino Manifesto – ao pressupor o “direito natural” dos Estados Unidos de exercerem, de forma hegemônica, o domínio econômico e político sobre o continente; para outros, essa suposta origem norte-americana do termo merecia um olhar mais atento, como apontou Luís da Câmara Cascudo em alguns de seus artigos jornalísticos. Ao fazer longas explanações sobre diversos países latino-americanos, abordando aspectos de seus diferentes costumes e suas especificidades históricas, Cascudo buscou demonstrar, com o exemplo de Simon Bolívar (1783-1830) e sua campanha pelo pan-americanismo, que as raízes do conceito não teriam sido norte-americanas (Guatemala, pioneira do Pan-americanismo, *A República*, Natal, 15/12/1943). Da mesma forma, Barbosa Lima Sobrinho destacava a longevidade do pan-americanismo, enfatizando algumas de suas concretas ambigüidades:

As Conferências Panamericanas, iniciadas em 1899, em vez de reconciliar os povos e as raças das Américas, serviram apenas, até há pouco tempo, para demonstrar rivalidade e desconfianças que os dividiam. Para que se perceba a significação e a força dessas divergências, basta recordar que, há alguns lustros passados, o México não comparecia às Conferências Pan-americanas, como sinal de protesto contra a política petrolífera dos Estados Unidos. Intelectuais de grande projeção, nos países americanos, comandavam a reação contra o que se denominava a “diplomacia do dólar” [...]. O México e, na sua falta, a Argentina, comandavam a legião dos rebeldes.³

Enquanto que, pelo discurso oficial do governo norte-americano, sempre se enfatizava o oposto a essas críticas, como se pode constatar por esse depoimento do presidente Wilson, em 1915:

Os países americanos não são rivais hostis, mas sim amigos que cooperam para atingir um mesmo ideal. Os interesses que os ligam, tanto políticos como econômicos, só podem dar-lhes uma alta significação, como fatores preponderantes em assuntos internacionais e na história política do mundo. São irmãos espirituais, porque os pensamentos, os ideais e as simpatias são idênticos. Separados serão joguetes na confusa política

de um mundo cheio de rivalidades; unidos em espírito e propósito poderão caminhar em paz para o alto destino que os espera. Isto é Panamericanismo. Nele nada há de imperialismo. É a corporificação do espírito da lei, da independência, da liberdade e da cooperação.⁴

Ao longo das primeiras décadas do século XX, o conceito de pan-americanismo foi sendo relacionado à inauguração de determinado domínio cultural, propriamente dito, nos países latino-americanos pelos Estados Unidos. De certa forma, o jeito *hard* de tratar os vizinhos latino-americanos que caracterizara a política externa norte-americana anterior, o conhecido intervencionismo político e militar chamado de *Big Stick*, – inspirado numa frase famosa do presidente Theodore Roosevelt sobre a política americana para o continente, quando afirmou que se houvesse, no continente, incidentes crônicos ou governos incapazes de manter a ordem, uma nação civilizada (leia-se: Estados Unidos) deveria intervir para solucionar os problemas – esse intervencionismo declarado não mais se adequava aos novos tempos. Daí a reorientação da política externa norte-americana, nos termos em que Franklin Delano Roosevelt adotou a partir dos anos 1940, preferindo a “diplomacia do dólar” dos Rockefeller à utilização da força militar. O novo intervencionismo tentava ser, estrategicamente, mais sutil...

A multimilionária família dos Rockefeller, proprietária da Standard Oil Company, empresa presente em vários países latino-americanos, além do Chase National Bank e da Rockefeller Foundation, teve um papel crucial no direcionamento dessa nova estratégia de dominação através de um intenso trabalho de persuasão ideológica, com o intuito de transformar o sentimento anti-americanista vigente nessas populações ao sul do continente, o que atingia seus lucrativos negócios. Afinal,

[...] combater o nacionalismo e o socialismo, com a inserção da periferia no mercado, implicava desenvolver essa periferia. A preocupação manifestada por Nelson Rockefeller, pelo vice-presidente Henry Wallace e por outros influentes americanos em relação à Política da Boa Vizinhança indicava que o projeto não era só retórica.⁵

Para ver concretizada a nova estratégia de dominação, foi criado, em 1940, o Office of Coordinator of Inter-American Affairs, agência que atuaria em quatro divisões: comunicações, relações culturais, saúde e comercial/financeira, sob a direção do próprio Nelson Aldrich Rockefeller, “a encarnação do Tio Sam”, a quem o presidente Franklin Roosevelt tinha “dado carta branca para exercer esse papel”.⁶ O americanismo, que já estava se tornando um paradigma para os brasileiros desde meados dos anos 20, com a crescente influência de programas de rádio e da enxurrada de películas hollywoodianas que vinham veiculando estereótipos do estilo de vida norte-americano, o *American way of life*, passou a se dar de forma mais sistematizada sob a atuação do Office, a qual seria relacionada ao esforço de guerra pela imprensa:

[...] persuadir a América Latina a cerrar fileiras com nossas forças em ações defensivas contra a ameaça alemã [...] convencê-la de que temos a resposta para as questões econômicas e militares [...] e acima de tudo convencer todos os latino-americanos de que a Política da Boa Vizinhança não é um expediente temporário para nos ajudar nessa dura tarefa, mas uma atitude sincera e permanente, exatamente o contrário de nossa “diplomacia do dólar” e do Destino Manifesto, no século XIX.⁷

Sobre a intensificação do intercâmbio cultural entre brasileiros e norte-americanos, Câmara Cascudo também deixaria registradas suas impressões, como, por exemplo, ao comentar o lançamento do periódico americano *Quarterly Journal of Inter-American Relations*:

Sabíamos que as relações intelectuais do Brasil com os Estados Unidos eram daqui pra lá. Nossa vida mental ignorada, nossos escritores desconhecidos, nossos trabalhos sequestrados, depunham contra a tradição de curiosidade que dávamos ao norte-americano. Não se diga que éramos inferiores porque jornais, livros e revistas não são raros nas mãos brasileiras. Ultimamente, de anos pra esta data, um movimento intenso de americanos universitários orienta para o Brasil o rumo de suas atividades analistas. Esta revista, magnífica, é um desses sinais positivos de interesse por toda a América que não fala inglês. Os ensaios publicados, os livros que tiveram páginas de registro divulgativo, são índices simpáticos. O editor, John B. McCulloch, está realmente desenvolvendo uma ação real e segura na aquisição de colaboradores e na ampliação dos assuntos tratados, com independência, liberdade e documento, à boa maneira americana. [...] No número de abril há um trabalho sólido, discutível, mas original e próprio, do professor Preston James, que ouvi em 1938 no Rio. No número de julho, o professor Reinhard Maack estuda os alemães no sul do Brasil; Lewis Hanke, o grande animador Hanke, analisa Gilberto Freyre. O conhecimento do espanhol é meio caminho para ler o português. Além da equipe americana, colaboram os senhores Enrique de Lozada, Manuel Garmio, Daniel Samper-Ortega, German Arciniegas. Os americanos vêm de universidades e há em todos um sentido amável de solidariedade e de compreensão cultural.⁸

E essas aproximações no âmbito intelectual foram sendo incentivadas até mesmo financeiramente, através da adoção de programas de concessão de bolsas de estudo pelo governo estadunidense para estudantes universitários latino-americanos irem se especializar em diversas áreas do conhecimento em Universidades norte-americanas, bem como aos estudantes norte-americanos para virem ao Brasil estudar nossos costumes e a língua portuguesa, como bem ilustram as notícias a seguir:

Para a matrícula de estudantes sul-americanos nas Universidades yankees (Washington, 19) – O Departamento de Estado anunciou que foram concedidas bolsas de viagem para 34 estudantes latino-americanos, como parte do programa destinado a estreitar as relações interamericanas. As despesas dessa viagem serão pagas por uma verba recentemente aprovada pelo Congresso. As bolsas foram distribuídas da seguinte forma: Brasil 14, Argentina 3, Chile 10, Costa Rica 2, Equador 1, Haiti 1, Honduras 1, Peru 1 e Uruguai 1. Os estudantes poderão inscrever-se nos colégios e universidades dos Estados Unidos, de acordo com os estudos que desejam fazer;

A língua portuguesa será ensinada nos Estados Unidos (Rio, 13) – A fim de incentivar o estudo da língua portuguesa e facilitar aos estudantes americanos o conhecimento do nosso idioma, foram inaugurados em alguns estabelecimentos norte-americanos, sob os auspícios do American Council of Learned Societies e da Rockefeller Foundation, as bolsas de estudos no Brasil, para o ensino de português;

Bolsas de estudo para 1941/1943 (Rio, 17) O Ministro da Educação recebeu de seu colega das Relações Exteriores cópia da carta que Albert Zimman dirigiu à Embaixada do Brasil em Washington, informando que o Springfield College do estado de Massachusetts, instituindo para o período de 1941 a 1943, bolsas de estudo destinadas aos estudantes da América do Sul. As mencionadas bolsas, cuja duração é limitada a um ano, são concedidas para os cursos de Ciências Sociais Aplicadas e Educação Normal. Para estudar a cultura brasileira – Fundado um centro de estudantes numa universidade norte-americana (Nova York) O Consulado Geral do Brasil em Nova York comunicou ao Ministério das Relações Exteriores a fundação na Universidade de Nebraska, com sede na cidade de Lincoln, nos Estados Unidos, por iniciativa dos estudantes do Departamento de Línguas de origem latina, de um centro de estudos destinados à difusão da cultura brasileira entre os membros do corpo discente do referido estabelecimento de ensino.⁹

Além dessas modalidades de bolsas de estudo, havia ainda propostas de intercâmbio que contemplavam funcionários dos correios, do sistema de radiodifusão, da aviação e até aqueles ligados ao serviço de proteção aos indígenas brasileiros:

Funcionários postais brasileiros vão estudar nos Estados Unidos (Rio, 30) – O governo dos Estados Unidos convidou o departamento dos Correios a indicar uma comissão composta de três membros para conhecer os serviços postais e telegráficos norte-americanos [...] a comissão permanecerá na América do Norte, três meses à custa do governo americano;

Grande afluência à matrícula das bolsas de estudo de aviação (Rio, 5) – Continua numerosa a afluência de candidatos às bolsas de estudo de aviação nos Estados Unidos. Hoje será instalada a comissão julgadora da capacidade dos candidatos, de acordo com as bases de oferecimento do governo nos Estados Unidos;

Um programa de proteção aos índios brasileiros (Washington, 28) – O presidente do departamento do Serviço Público do Brasil, sr. Luiz Simões Lopes, depois de conversar com o comissário dos índios, declarou que tentaria convencer o governo brasileiro da conveniência de ser adotado um programa de proteção aos índios idêntico ao que os Estados Unidos usam.¹⁰

Além disso, as missões culturais norte-americanas que por aqui aportaram, especialmente a partir dos anos 30, foram inúmeras, tendo também como contrapartida a ida de alguns de nossos artistas e intelectuais ao seu país. De Bing Crosby a Walt Disney, passando por Cândido Portinari a Érico Veríssimo, muitos foram aqueles que se dispuseram a conhecer a alteridade da América. Além, é claro, da visita oficial do próprio presidente Roosevelt a seu *good neighbour* Vargas.¹¹

Analisando a trajetória artística meteórica de Carmen Miranda e a polêmica atuação do cineasta norte-americano Orson Welles, que estava no auge de sua carreira após o sucesso de *Cidadão Kane* (1941) e veio ao Brasil a convite do próprio presidente Vargas para dirigir um filme sobre as especificidades da cultura brasileira, penso que seja possível chegar a um mapeamento das contradições inerentes às propostas pan-americanistas então vigentes.

Estudos voltados à construção da identidade nacional e sua relação com a música popular brasileira e outras formas de expressão artística começaram a se intensificar principalmente a partir dos anos 60 do século passado, podendo ser encontrados em quase todas as universidades em formato de monografias, teses e dissertações, especialmente no campo das Ciências Sociais e da Comunicação. No entanto, apesar de serem pesquisas de fôlego, algumas delas sequer foram publicadas e creio que ainda não representem um número significativo na área de História. Apesar disso, a enorme relevância dessas pesquisas vem sendo reafirmada por alguns historiadores, uma vez que a música “consistiu numa área do conhecimento artístico mais profundamente identificada com o amplo debate instaurado, a partir dos anos 20, sobre as possíveis conexões entre arte-política-cultura”.¹²

Nesse sentido, nossa pesquisa encontra-se inserida nos estudos históricos que privilegiam a música e o cinema como objetos de estudo, desenvolvendo uma análise sobre a construção de diferenças identitárias entre brasileiros e norte-americanos, através de dois ícones dessas formas de expressão artística no auge da Política da Boa Vizinhança: a cantora e atriz luso-brasileira Carmen Miranda e o cineasta, diretor e ator norteamericano Orson Welles.

Pretendendo contribuir para as discussões presentes em alguns trabalhos historiográficos recentes, optamos por participar da Linha de Pesquisa *Processos Identitários: configurações cotidianas e institucionais*, coordenada pela professora Dra. Eleonora Zicari Costa de Brito, do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, cujo objetivo acha-se assim disposto:

Na apreensão dos processos identitários considera-se tanto as manifestações cotidianas quanto as práticas institucionais, pois entende-se que práticas associadas à vida cotidiana combinam-se, na investigação proposta, às encenações institucionais desenvolvidas em diversos âmbitos, p. ex., o campo jurídico, o religioso, o artístico com seus ritos, valores, regimes de verdade e constituição de memórias. Nação, classe, gênero, raça e geração são algumas das construções a serem investigadas.

Uma discussão teórico-metodológica acerca da relação entre arte, política e cultura no período em que o processo de americanização mais se intensificou em nosso país faz-

se necessária, levando-nos a aprofundar o debate em torno da utilização de determinados conceitos, a saber: pan-americanismo, identidade nacional, imperialismo, resistência, apropriação, recepção, hegemonia e/ou dominação cultural. Nesse sentido, levanto as seguintes questões: se realmente houve a efetivação de uma nova estratégia de dominação cultural, a partir dos anos 40, poderíamos considerar as influências (não equitativas) entre os dois povos, em termos de um movimento dialético marcado pela reciprocidade? E qual seria o espaço da produção musical e cinematográfica (hollywoodiana e brasileira) no imaginário nacional dos anos 30 e 40?

Dessa forma, optamos por uma abordagem analítico-conceitual em várias frentes. Em primeiro lugar, questionando a utilização do termo “hegemonia”, que nos remeteria à idéia de um processo de “aculturação” e seus derivados; entende-se que a sua substituição por “dominação” encontra-se mais condizente com as recentes reflexões de alguns teóricos que postulam a pertinência da utilização de conceitos como “transculturalização”, “multiculturalismo” ou mesmo “hibridação”, como Marshall Sahlins em *Cultura e Razão Prática* (Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1979) ou Stuart Hall em *Da diáspora: identidades e mediações culturais* (Belo Horizonte, EdUFMG, 2003); Homi Bhabha com o *O local da cultura* (Belo Horizonte, EdUFMG, 2003); Nestor García Canclini. *Culturas Híbridas*. São Paulo, EdUSP, 1998), entre outros.

Depois, analisando as usuais definições de “cultura popular” e “cultura de massa” e/ou “indústria cultural”, tema de inúmeros trabalhos acadêmicos e que perpassa o nosso objeto de pesquisa. Os clássicos artigos de Walter Benjamin sobre o assunto podem ser tomados por referência obrigatória para essa discussão, além dos textos de Michel de Certeau, Roger Chartier, Edward Palmer Thompson, Mikhail Bakhtin, Hannah Arendt, Umberto Eco, Serge Gruzinski e outros.¹³ Em se tratando da produção acadêmica especializada em música e cinema, a lista de autores a serem consultados é enorme, mas podem-se privilegiar alguns títulos mais relacionados à delimitação de nosso objeto.

E, por fim, quanto à construção de uma identidade nacional e de um sentido de brasilidade, temos desde os depoimentos de contemporâneos da cena histórica aqui privilegiada (Mário de Andrade, Câmara Cascudo, Monteiro Lobato, Vinícius de Moraes, entre outros) como os trabalhos de Renato Ortiz, Roberto DaMatta, Marilena Chaui, Lúcia Lippi Oliveira, Ângela de Castro Gomes, além dos estudos sobre nacionalidade desenvolvidos por Benedict Anderson, Edward Said, Eric Hobsbawm, Patrick Geary e tantos outros.¹⁴

Como método de pesquisa propõe-se a análise da bibliografia especializada (incluindo os títulos não-publicados, como teses e dissertações) como de fontes primárias diversificadas (imprensa, discografia e filmografia da época) disponíveis nos acervos das bibliotecas do Senado e da UnB (Brasília); da Biblioteca Nacional, do Museu da Imagem

e do Som e do Museu Carmen Miranda (Rio de Janeiro); da Columbia University Library, Public Library (New York) e do Rockefeller Archive Center (Terry Town, New York).

Recebido em Abril/2008; aprovado em Maio/2008.

Notas

* Professora do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

² Esse comercial encontra-se no acervo de vídeos do site <http://www.youtube.com>, sem data de edição; a cena do *Banana da Terra* está no filme de Rogério Sganzerla, *Tudo é Brasil*, Rio de Janeiro, RioFilme, 1997.

³ “O Brasil e o Panamericanismo”, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1/2/1942, citado por Flávia de Sá Pedreira, *Chiclete eu misturo com banana: Carnaval e cotidiano de guerra em Natal (1920-1945)*, Natal, EdUFRN, 2005, p. 125.

⁴ O Panamericanismo, *A República*, Natal, 24/6/1938.

⁵ TOTA, Antonio Pedro. *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000, p.186.

⁶ Idem, *ibidem*, p.172

⁷ RESTON, James B., “Our second life of defense”, *The New York Times Magazine*, 29/06/1941, apud TOTA, Antonio Pedro, *opus cit.*, p. 186

⁸ *Quarterly Journal of Inter-American Relations*, vol. 1, n. 2 (abril) e n. 3 (julho), Cambridge, Massachusetts, USA, 1939 em *A República*, Natal, 31/8/1939.

⁹ *A República*, Natal, 20/8/1941; 16 e 18/10/1941; 1/1/1939.

¹⁰ *A República*, Natal, 3/5/1938, 6/11/1941 e 1/3/1939

¹¹ Sobre o encontro dos presidentes em Natal, em janeiro de 1943, ver PEDREIRA, *Opus Cit.*, cap. 2.

¹² CONTIER, Arnaldo. *Brasil Novo – música, nação e modernidade: os anos 20 e 30*. Livre Docência, FFLCH, USP, 1994 apud GARCIA, Tânia da Costa, *O “it verde e amarelo” de Carmen Miranda (1930-1946)*. São Paulo: FAPESP / Annablume, 2004.

¹³ CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. Campinas-SP, Papirus Editora, 1995; CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa, DIFEL, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1990; THOMPSON, E.P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998; BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na idade média e no renascimento*. Brasília, EdUnB, 1993; ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo, Editora Perspectiva, 1988; ECO, Umberto. *Apocalípticos e integrados*. São Paulo, Editora Perspectiva, 1993; BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas (3 volumes)*. São Paulo, Brasiliense, 1994; GRUZINSKI, Serge. *A guerra das imagens: de Cristóvão Colombo a Blade Runner (1492-2019)*. São Paulo, Companhia das Letras, 2006; LIMA, Luís Costa. *Teoria da cultura de massa*. Rio/São Paulo, Editora Paz e Terra, 1990.

¹⁴ ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1994 e *Mundialização e cultura*. São Paulo, Brasiliense, 1998; DAMATTA, Roberto. *O que faz o Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro, Rocco, 1986 e *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro, Zahar, 1983; CHAUI, Marilena. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1993; OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Americanos: representações da identidade nacional no Brasil e nos Estados Unidos*. Belo Horizonte, EdUFMG, 2000; GOMES, Ângela de Castro. *Essa gente do Rio... Modernismo e Nacionalismo*. Rio de Janeiro, FGV, 1999; SAID, Edward. *Cultura e imperialismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2005; HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismos desde 1780*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992 e *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997; GEARY, Patrick. *O mito das nações: a invenção do nacionalismo*. São Paulo, Conrad Livros, 2005; ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2008.